

INFORMATIVO ONLINE

DIRETORIA DE INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO

Primeiro boletim eletrônico do MPMG em atividade, com matérias de interesse institucional coletadas em fontes oficiais de informação.

Volume: 10

Número: 405

19/05/2026

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

[COMUNICADO CEAF Nº 4, DE 13 DE MAIO DE 2026](#)

Fechamento do Memorial do MPMG nos dias 25 e 26 de maio de 2026.

[RESOLUÇÃO CAPJ Nº 4, DE 12 DE MAIO DE 2026](#)

Modifica as atribuições das Promotorias de Justiça da Comarca de Capelinha.

[RESOLUÇÃO CONJUNTA PGJ CGMP Nº 2, DE 12 DE MAIO DE 2026](#)

Disciplina o Projeto “Fortalecer para Incluir: Criação e Revitalização dos Conselhos e Fundos Municipais da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência” no âmbito do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

[ATO CGJ, DE 2026](#)

“Publica os fatores de atualização monetária, aplicáveis aos feitos em curso no Estado de Minas Gerais, a partir de 12 de maio de 2026 até a publicação do novo índice do INPC.”

[PORTARIA CONJUNTA TJMG CGJ Nº 1.810, DE 12 DE MAIO DE 2026](#)

Altera a Portaria Conjunta da Presidência nº 1.545, de 19 de abril de 2024, que "Dispõe sobre a implantação e o funcionamento da Central de Processos Eletrônicos de Turmas Recursais".

[PORTARIA DF Nº 4351, DE 11 DE MAIO DE 2026](#)

Disciplina a suspensão dos prazos e do expediente forense externo/atendimento ao público na Comarca de Areado/MG durante o período de transferência das instalações para o novo prédio do Fórum e dá outras providências.

[PORTARIA IEF Nº 32, DE 18 DE MAIO DE 2026](#)

Dispõe sobre os procedimentos para o cadastro e obtenção de autorização para as

atividades de uso e manejo de fauna silvestre ou exótica em cativeiro, a serem observados dentro das políticas de gestão, controle e manejo de competência do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

[RESOLUÇÃO CEDCA Nº 2, DE 26 DE MARÇO DE 2026](#)

Dispõe sobre o Plano de Ação do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais para os anos de 2026 e 2027 e dá outras providências.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

[DECRETO Nº 12.966, DE 12 DE MAIO DE 2026](#)

Institui o Programa Brasil contra o Crime Organizado.

[PORTARIA CNJ Nº 186, DE 8 DE MAIO DE 2026](#)

Estabelece procedimentos e diretrizes para a realização do "II Mutirão Processual Penal - Pena Justa", referente ao 1º semestre de 2026.

[PORTARIA CNJ Nº 195, DE 14 DE MAIO DE 2026](#)

Institui o Comitê Interinstitucional de Fomento e Acompanhamento da Política Nacional de Cultura no Sistema Prisional e estabelece diretrizes em conformidade com o Plano Nacional Pena Justa.

[PORTARIA INTERMINISTERIAL MME/MMA Nº 3, DE 11 DE MAIO DE 2026](#)

Dispõe sobre a proporção mínima de óleos e gorduras residuais - OGR nas matérias-primas utilizadas na produção de biodiesel, combustível sustentável de aviação - SAF e diesel verde, nos termos da Resolução CNPE nº 13, de 10 de dezembro de 2024.

[PORTARIA MDH Nº 836, DE 15 DE MAIO DE 2026](#)

Institui a Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente e regulamenta dispositivos da Lei nº 14.811, de 12 de janeiro de 2024.

[PORTARIA MEC Nº 421, DE 15 DE MAIO DE 2026](#)

Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva - PNEEI e sobre a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva - Reneei, de que tratam o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025.

[PORTARIA MEC Nº 422, DE 15 DE MAIO DE 2026](#)

Institui normas complementares para a execução da Política Nacional de Avaliação e Exames da Educação Básica instituída pelo Decreto nº 9.432, de 29 de junho de 2018, e revoga a Portaria MEC nº 458, de 5 de maio de 2020.

[PORTARIA MEC/INEP Nº 217, DE 11 DE MAIO DE 2026](#)

Define o cronograma de atividades do Censo Escolar da Educação Básica 2026.

[RECOMENDAÇÃO CNMP Nº 124, DE 12 DE MAIO DE 2026](#)

Dispõe sobre a abstenção de atuação do Ministério Público em contratos de prestação de serviços advocatícios celebrados entre Advogados e seus clientes.

[RESOLUÇÃO ANM Nº 237, DE 12 DE MAIO DE 2026](#)

Dispõe sobre normas, procedimentos e fluxogramas no tratamento das manifestações e denúncias de usuários dos serviços prestados pela Agência Nacional de Mineração - ANM.

[RESOLUÇÃO CFM Nº 2.458, DE 16 DE ABRIL DE 2026](#)

Normatiza o uso do fenol para fins médicos visando garantir a segurança do paciente.

[RESOLUÇÃO CNAS/MDS Nº 234, DE 14 DE MAIO DE 2026](#)

Define, caracteriza e estabelece parâmetros quanto ao processo de integração e inclusão

ao mundo do trabalho justo e digno para o público da política de assistência social.

[RESOLUÇÃO CNAS/MDS Nº 235, DE 14 DE MAIO DE 2026](#)

Dispõe sobre princípios, diretrizes e parâmetros para regionalização dos serviços de proteção social especial no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, na provisão do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI, Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida - LA e de Prestação de Serviços à Comunidade - PSC, Serviço de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens e Serviços de Acolhimento para Adultos e Famílias.

[RESOLUÇÃO CNMP Nº 331, DE 12 DE MAIO DE 2026](#)

Disciplina a obrigatoriedade de residência de membros do Ministério Público Estadual na comarca ou na localidade onde há o exercício do cargo, regulamenta o exercício presencial das funções ministeriais e administrativas, estabelece critérios excepcionais para autorização diversa e revoga a Resolução CNMP nº 26, de 17 de dezembro de 2007.

[RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA ANVISA Nº 1.023, 11 DE MAIO DE 2026](#)

Dispõe sobre a atualização do Anexo I (Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial) da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998, e alterações na Resolução da Diretoria Colegiada Anvisa nº 1.013, de 30 de janeiro de 2026 e na Resolução da Diretoria Colegiada Anvisa nº 1.015, de 2 de fevereiro de 2026.

IMPORTANTE: Os textos dos atos normativos e da legislação disponíveis têm caráter meramente informativo, não dispensando a consulta aos Diários Oficiais para a comprovação da existência de direitos nos termos da legislação vigente.